



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos catorze dias de junho do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Festival Literário Internacional do Interior - Palavras de Fogo – Protocolo de Colaboração
- 1.2. Clube Vespas da Louzan - VII Encontro Nacional de Vespas da Louzan – Emissão de parecer
- 1.3. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera – Pedido de transporte e de cedência do pavilhão gimnodesportivo – Ratificação de despacho
- 1.4. Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera - Monumento de Homenagem ao Bombeiro – Ratificação de despacho
- 1.5. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas – Ratificação de despachos
- 1.6. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Caminhada/Corrida da Memória – 17 de junho 2018 - Pedido de autorização, de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.7. Deluxe Caffé – Pedido de licença especial de ruído – Ratificação de despacho
- 1.8. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera – Pedido de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.9. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Departamento do 1.º Ciclo – Pedido de oferta do almoço de final de ano
- 1.10. Acordo de Colaboração Institucional e Educativa entre a Fundação Bissaya Barreto e o Município no âmbito do projeto Grupos Aprender, Brincar, Crescer nos territórios afetados pelos incêndios



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

- 1.11. Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados – Pedido de autorização para ocupação subterrânea da via pública – Ratificação de despacho
- 1.12. Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense – Pedidos de cedência de transporte e de isenção do pagamento da respetiva taxa
- 1.13. Albano Conceição Bernardo – Pedido de autorização para ocupação subterrânea da via pública
- 1.14. Comissão de Festas Em Honra de São Domingos – Pedidos de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
2. Secção Financeira
 - 2.1. Balancete
 - 2.2. Pagamentos
 - 2.3. Alteração às Grandes Opções do Plano de 2018
 - 2.4. Alteração ao Orçamento de 2018
 - 2.5. Consolidação de Contas referente ao exercício de 2017
3. Secção de Processamentos e de Gestão Contabilística das Águas
 - 3.1. Consumidor cód. n.º 13151 – Pedido de restituição de valor faturado em excesso
4. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 4.1. Obras particulares

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a ata n.º 10/2018, respeitante à reunião de 25 de maio, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Verificando-se por parte dos Senhores Vereadores António Antunes e Gonçalo Lopes uma sugestão de alteração à ata, a mesma foi considerada, tendo a Sra. Presidente dado instruções para o efeito.

Não se registando mais observações, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 01/06/2018, a LATITUDES – Cooperativa de Apoio Psicológico e Psicopedagógico C.R.L., com sede no Pinhal Novo, Palmela, veio solicitar autorização para realizar uma campanha de solidariedade social durante as Festas do Concelho, de 30 de junho a 4 de julho de 2018, a fim de efetuar recolhas de donativos, bem como de divulgar a Cooperativa. O pedido encontra-se em análise.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

- Posteriormente, através de e-mail de 12/06/2018, veio a LATITUDES solicitar também autorização para realizar uma outra campanha de solidariedade social, com os mesmos fins da anterior, desta feita a realizar na Praça Amarela, entre 1 e 31 de agosto próximo. O pedido encontra-se, igualmente, em análise.
- Através de e-mail de 08/06/2018, veio o Município de Pombal informar sobre a posição pública que tomou sobre o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos. De acordo com a informação veiculada, no concelho de Pombal a CGD irá encerrar o balcão de Louriçal, por essa razão, a manter-se tal encerramento, o Município deixará de trabalhar com a CGD, transferindo os seus saldos para outras instituições bancárias, mostrando dessa forma o desagrado pelo tratamento e consideração que a CGD tem pelo seu território.
- O Município informou o Conselho Diretivo dos Baldios do Coentral que, na sequência do parecer favorável emitido pelo ICNF relativamente às obras de reabilitação e estabilização de taludes da Estrada do Santo António da Neve (CM 1148), estão reunidas as condições para dar sequência aos respetivos trabalhos e solicitou que aquela entidade procedesse em conformidade.
- No dia 12/06/2018 o Ministro do Planeamento e Infraestruturas e o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão efetuaram uma visita à região afetada pelos incêndios de junho de 2017, que incluiu a passagem por algumas habitações permanentes já reconstruídas e outras em fase de conclusão nos três concelhos. No caso de Castanheira de Pera, foi visitada a habitação de José Vicente Fernandes de Sousa, sita em Sarzedas do Vasco.
- Foram rececionados três ofícios remetidos pelo POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, datados de 12/06/2018, notificando o Município do projeto de decisão de indeferimento sobre as candidaturas n.ºs POSEUR-03-2012-FC-000986, POSEUR-03-2012-FC-000987 e POSEUR-03-2012-FC-000989 respeitantes, respetivamente, ao sistema elevatório entre carvalho do Poço Corga e a rede de saneamento da Sapateira; à remodelação e beneficiação da ETAR das Sarzedas de S. Pedro e Sarzedas do Vasco e ao sistema elevatório entre Anchas e a rede de saneamento da Vila de Castanheira de Pera.
A decisão desfavorável prende-se com o facto de o limite máximo do Fundo de Coesão estabelecido no respetivo Aviso (15M€) ter sido atingido com a aprovação das operações que foram submetidas em momento anterior ao das candidaturas em apreço.
- No próximo dia 17 de junho, pelas 12h.00m, realizar-se-á na Igreja Matriz de Pedrógão Grande, uma missa em honra e memória das vítimas do incêndio de 17 de junho de 2017, a qual será celebrada por sua Eminência o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.
O Município disponibilizará transporte a todos os Munícipes do Concelho que estejam interessados em participar na referida missa e não tenham condições de se deslocar por meios próprios, pelo que os interessados em usufruir do mesmo deverão efetuar a sua prévia inscrição junto dos serviços municipais.
- No passado dia 1 de junho a Praia das Rocas abriu portas para a época balnear de 2018.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Continuando, a Sra. Presidente procedeu à leitura da relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumpre-me informar:

- Proc.º 294/2018 – Peter Bakker Singelenberg – Reconstrução/ Ampliação de Moradia – Em 4 de maio de 2018 foi proferido o Despacho n.º 18/SPOPU/2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de licenciamento, pelo período de 24 meses.
- Proc.º 968/2018 – Vitor Rosa dos Santos – Cabeça de Casal de Herança, representado por Ermelinda de Jesus Rosa – Reconstrução de Moradia Unifamiliar - Em 6 de maio de 2018 foi proferido o Despacho n.º 21/SPOPU/2018, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de licenciamento, pelo período de 11 meses.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Em complemento às informações elencadas, a Sra. Presidente informou que no passado dia 30 de maio esteve em Pedrógão Grande na apresentação da Volta a Portugal em Bicicleta, que este ano irá passar nos concelhos afetados pelos incêndios.

Informou, também, que no passado dia 6 de junho esteve presente na Universidade da Beira Interior a participar na apresentação e votação dos projetos realizados pelos alunos do primeiro ano de arquitetura relativos ao memorial às vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande.

Quanto às comemorações do dia do concelho informou que os festejos decorrerão do dia 30 de junho até ao dia 4 de julho. Seguidamente apresentou o respetivo cartaz, comunicando que o programa tem o apoio da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral e da empresa municipal Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M.

Ainda no âmbito das informações, a Sra. Presidente comunicou, relativamente ao BUPi (Balcão Único do Prédio), que o Município solicitou a colocação de mais dois terminais agora junto da Câmara, sendo disponibilizados mais dois técnicos do Município, um dia por semana, para apoiar no trabalho, pois a lista de espera é enorme. A par disto, a entidade estatal responsável pelo BUPi informou que disponibilizou uma unidade móvel para andar pelas aldeias a dar apoio neste serviço, aguardando-se a indicação das datas em que virá ao nosso concelho.

Continuando, informou que foi rececionado um convite efetuado em conjunto pela Fundação Calouste Gulbenkian, EPIS (Empresários pela Inclusão Social e CINEICC (Centro de Investigação de Neuropsicologia e Intervenção Cognitiva Comportamental) para a apresentação pública do projeto “Portugal no Futuro - Rastreio e acompanhamento psicológico (prevalência de perturbações relacionadas com o trauma) de crianças e adolescentes afetadas pelos incêndios



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

de 2017” que será realizada no próximo dia 16 de junho na Escola E.B. 2,3 Dr. Bissaya Barreto em Castanheira de Pera.

Ainda nesta senda, a Sra. Presidente fez, mais uma vez, referência à missa que se irá realizar no dia 17/06/2018, na igreja matriz de Pedrógão Grande, para assinalar um ano dos trágicos incêndios de junho do ano passado, numa iniciativa conjunta dos três Municípios: Castanheira, Figueiró e Pedrógão e que contará com a presença de Sua Excelência o Presidente da República e do Sr. Primeiro-Ministro. Aproveitou para informar que Sua Excelência o Presidente da República também estará presente na abertura oficial do Festival Literário Internacional do Interior – Palavras de Fogo, que ocorrerá na Praia das Rocas, dando conta do seu programa, que terá lugar entre os dias 15 e 18 de junho de 2018.

Prosseguindo, e na sequência de conversa havida em reuniões anteriores, a Sra. Presidente perguntou ao Sr. Vereador Gonçalo Lopes se tinha verificado a limpeza do açude do Torgal, acrescentando que a empresa que a Câmara contratou para o efeito tinha retirado de lá vários camiões de terra, no decurso da limpeza.

Em resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que na queda de água se verifica que houve limpeza, porém em termos de margens continua por limpar, tendo a Sra. Presidente esclarecido quais as limpezas efetivamente feitas.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando sobre aquilo que o Município pensa fazer relativamente à questão das ETAR's, na sequência do parecer desfavorável do POSEUR, tendo em consideração que são intervenções necessárias. Perguntou ainda se esta questão das ETAR's pode ser integrada na entidade que vai gerir a agregação dos serviços de água e saneamento ou se irá haver uma nova candidatura.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que, ao que lhe é dado saber, não haverá mais candidaturas sendo que um eventual financiamento será através da entidade intermunicipal no âmbito da agregação dos serviços de água e saneamento.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes perguntou, relativamente à questão do BUPi, se foi aferido se a unidade móvel e a disponibilização de mais dois terminais um dia por semana será suficiente ou se é necessário, por exemplo, um alargamento do prazo.

A Sra. Presidente respondeu que não será possível aferir tal situação, apesar lhe parecer que, tendo em conta as solicitações, haverá necessidade de um alargamento de prazo até porque tem conhecimento que há municípios que estão a aceitar marcações para além de outubro de 2018, mas que a competência para o efeito não cabe ao Município. Salientou que pretende que se faça em Castanheira de Pera o maior número de registos possível até 30 de outubro e daí ter pedido o reforço pese embora considere que seria importante reforçar ainda mais na época de verão para que as pessoas que vêm de férias tenham a possibilidade de efetuar o seu registo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Para terminar, o Sr. Vereador António Antunes reportou-se à questão que colocou na última reunião de Câmara sobre a intervenção que está a ser efetuada na Praia das Rocas, tendo-lhe sido comunicado que o representante do Município na Assembleia Geral da Prazilândia não pôde estar presente nesta reunião de Câmara, mas que viria na próxima.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pedindo, mais uma vez, que se diligenciasse no sentido de serem efetuadas as intervenções de limpeza com a maior celeridade possível que, na sua opinião, afetam a generalidade do concelho, tendo verificado, no entanto, que a localidade de Moredos já está limpa. Salientou que existe a problemática das faixas de combustível que vem acarretar mais trabalho para o Município e, por isso, questiona como pretende o executivo fazer face a esta necessidade premente de limpar o concelho, lembrando que estamos em plena época balnear e a imagem que se transmite não é, na sua opinião, condizente com aquela que se pretende.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que as Sarzedas de S. Pedro, do Vasco e a Balsa também já estão limpas, tendo as intervenções demorado cerca de 2 semanas, uma vez que a limpeza ali efetuada foi mais profunda, de uma forma que, segundo os trabalhadores do Município que lá andaram, não se fazia há mais de 10 anos.

Interveio o Sr. Vereador João Graça para referir a este propósito que se optou por não cortar apenas a erva, mas por também tentar retirar a terra que se vai depositando nas valetas para evitar, por um lado, o entupimento destas e, por outro lado, que as ervas voltem a crescer tão rapidamente.

Volvendo, a Sra. Presidente referiu que esta opção de limpeza é mais demorada apesar do desejo de já ter tudo limpo, porém, com os recursos existentes não é possível, acrescentando que foi pedido um reforço ao Centro de Emprego no sentido de arranjar mais trabalhadores, o que ainda não se concretizou, garantindo, no entanto, que o Executivo não está parado, encontrando-se a trabalhar de forma sustentável.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou agrado pelo facto daquelas localidades já estarem limpas.

Prosseguindo, referiu reconhecer que, obviamente existe falta de recursos, mas que lhe parece que este executivo não considera a hipótese de adjudicar este serviço no sentido de ampliar o âmbito das intervenções. Quanto à questão dos reforços do Centro de Emprego, parece-lhe que o planeamento deveria ter sido acautelado e atempado.

Interrompendo, a Sra. Presidente argumentou que os fatores climáticos não têm ajudado, tendo, de imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentado que as condições meteorológicas não influenciam o planeamento.

A este propósito, interveio o Sr. Vereador João Graça para dizer que as condições meteorológicas alteram o planeamento porque tem chovido muito nas



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

últimas semanas e as pessoas não têm podido estar no terreno a efetuar as limpezas.

Sobre esta matéria, interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando se o executivo pretende aplicar a verba de 200 mil euros que foram afetos a este serviço à contratação de prestadores de serviços externos para colmatar a falta de pessoal do Município, ou, em caso negativo, de que forma o vai fazer acrescentando que, quando houve esta alteração de verbas pensou que iriam colmatar, quase de imediato, essa necessidade principalmente a norte do concelho.

A Sra. Presidente explicou que o norte do concelho tem zonas com alguns pedidos de intervenções e o próprio ICNF tem zonas para intervencionar que ainda não começou, mas que o Município tem-se desdobrado em esforços para resolver todas as situações.

Usando da palavra, o Sr. Vereador João Graça disse que não estava colocada de lado a hipótese de contratar uma empresa externa tendo o Sr. Vereador António Antunes lembrando que já estamos quase em julho.

Tomando de novo a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, ao longo dos anos, já assistiu a muitas reuniões de Câmara, já participou em muitas reuniões de Assembleia Municipal onde foram aduzidos argumentos idênticos que nunca foram aceites pela oposição à data e que, nem a eles próprios (Vereador Gonçalo Lopes e António Antunes, entenda-se), satisfaz.

Retorquindo, a Sra. Presidente referiu que a satisfaz saber que está a realizar intervenções de limpeza que não eram feitas há mais de 10 anos.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se está prevista alguma intervenção na entrada do concelho, no Souto Fundeiro, se é suposto haver alguma alteração ou se o letreiro será repostado.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que estão a aguardar a disponibilidade de uma barquinha para pintar o aro para depois colocar as letras que já estão pintadas.

De imediato, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes apelou para que esse trabalho fosse feito rapidamente uma vez que é uma zona nobre e estamos em época balnear, fazendo notar que ao colocar estas questões fá-lo com um propósito construtivo.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. FESTIVAL LITERÁRIO INTERNACIONAL DO INTERIOR – PALAVRAS DE FOGO - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

Presente proposta de Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e a Arte-Via - Cooperativa Artística e Editorial, tendo como objeto estabelecer um



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

acordo entre partes no âmbito da realização do Festival Literário Internacional do Interior – Palavras de Fogo, a decorrer entre os dias 15 e 18 de junho de 2018.

Considerando a pertinência dos argumentos aduzidos no respetivo texto, de que se destaca a relevância do evento para o Município, nomeadamente, em termos de dinamização sociocultural e de promoção e divulgação do território, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração em apreço, nos precisos termos da minuta que se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. CLUBE VESPAS DA LOUZAN – VII ENCONTRO NACIONAL DE VESPAS DA LOUZAN – EMISSÃO DE PARECER

Presente e-mail do Clube Vespas da Louzan a comunicar que pretende organizar, no próximo dia 24 de junho corrente, o VII Encontro Nacional Vespas da Louzan 2018, juntando para o efeito informação sobre o percurso, o qual inclui algumas vias públicas e florestais do Concelho.

Considerando o interesse da iniciativa para a promoção e divulgação do Concelho, bem como para a dinamização da sua atividade socioeconómica;

Considerando o disposto no Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à utilização das vias que se encontram sob sua jurisdição, mediante o cumprimento do prescrito no aludido diploma legal, com particular ênfase para as condicionantes estatuídas no seu artigo 10.º.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presentes e-mails da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, a solicitar:

- Transporte para alguns Bombeiros, incluindo os que sofreram o acidente no incêndio de 17 de junho de 2017, com destino à Cerimónia Comemorativa do Dia do Bombeiro Português, que se realizou em Portel, no passado dia 27 de maio;
- Cedência do Pavilhão Gimnodesportivo para a realização da final do Torneio Inter-Associações de Bombeiros da Região Norte do Distrito de Leiria, no dia 2 de junho de 2018;
- Transporte para deslocação do Coro de Santo Amaro de Oeiras, de e para a sua sede, em Oeiras, a fim de realizar um concerto no coreto da Villa Praia, no dia 17 de junho corrente.

Considerando o espírito de cooperação existente entre ambas as instituições;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Considerando que as datas sobre as quais incidiam os pedidos formulados não se coadunavam com a realização da presente reunião, sendo necessária uma tomada de decisão em tempo útil;

Considerando que não existiam impedimentos que obstassem à apreciação dos pedidos;

Foram proferidos despachos de deferimento dos pedidos formulados, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas, pelo que se propõe, pela presente, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal proceda à ratificação dos aludidos despachos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

7. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA – MONUMENTO DE HOMENAGEM AO BOMBEIRO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, informando que pretende levar a efeito um monumento de homenagem ao Bombeiro, a ser inaugurado no próximo dia 17 de junho, por ocasião do o primeiro aniversário do trágico incêndio que assolou o nosso concelho, sugerindo que a sua implementação seja efetuada na Avenida de São Domingos, em local a definir.

Presente despacho proferido pela Sra. Presidente da Câmara em 06/06/2018, no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dando deferimento à pretensão da requerente, nos termos ínsitos no indicado despacho.

Face ao exposto, propõe-se que, nos termos e para efeitos do preceito legal supra indicado, a Câmara Municipal proceda à ratificação do aludido despacho, cuja cópia, acompanhada de respetivo parecer jurídico, se anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo desta parte integrante.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que começou por dizer que queria que ficasse bem claro na ata que, em nenhum momento, os Vereadores do PS estão mais ou menos a favor, pois são totalmente a favor, de todas as formas de homenagem, que são mais do que justas, aos bombeiros.

Prosseguindo, sublinhou que deve ficar bem claro que o teor das suas intervenções não colide com o propósito de homenagear os bombeiros voluntários, aliás, em seu entender, deveria ser a própria Câmara Municipal a preconizar a iniciativa.

Prestados esses esclarecimentos prévios, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que iria solicitar algumas informações sobre o processo para que os Vereadores do PS possam decidir em consciência sobre esta ratificação de despacho.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Referiu que os eleitos do PS não podem deixar de condenar aquilo que classificam como *“uma falta de respeito institucional e político”* na maneira como este processo lhes parece que foi instruído pois gostariam de ter sido ouvidos sobre esta matéria, considerando mesmo que tal deveria ter ocorrido, sendo, para si um paradoxo que uma decisão dessas tenha sido tomada com o afastamento dos restantes elementos deste órgão.

Nesta senda, perguntou quem definiu a localização do monumento que se pretende construir, se existe ou existiu algum projeto e se existe licença de construção para a infraestrutura em causa.

No uso da palavra, a Sra. Presidente começou por explicar que a maneira como foi decidida esta matéria teve em conta o caráter de urgência advindo da data apontada para a inauguração do monumento.

Sobre a localização informou que foi solicitado pela própria Associação de Bombeiros que fosse na Avenida de S. Domingos. Sobre o projeto em si, informou que o mesmo não existe, mas que foi entregue junto da Câmara Municipal uma breve memória descritiva, acrescentando que foi com base nessa memória que foi desenvolvida toda a tramitação considerada necessária, pois da mesma resultava que não havia intervenção nem alteração, de fundo, sobre o que já existia.

Solicitada para o efeito, a Dra. Bernardina esclareceu que a Associação Humanitária, na sequência do despacho proferido pela Sra. Presidente, veio junto da Câmara dizer que aceitava os termos e condições do mesmo, tendo informado sobre a execução das obras, juntando para o efeito uma breve memória descritiva onde consta que não irá haver nenhuma alteração da funcionalidade daquele espaço.

Em seguida, a Sra. Presidente procedeu à leitura do documento apresentado pela Associação Humanitária, tendo, de imediato, intervindo o Sr. Vereador António Antunes para, a esse propósito, referir que bastava pegar no próprio parecer jurídico anexo ao despacho, para verificar um alerta de que a Associação de Bombeiros *“deverá ser expressamente advertida que é obrigada a cumprir com todos os condicionalismos legais aplicáveis”*.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o RGEU, no seu ponto 1.º do artigo 2.º, indica as possíveis isenções e licenciamentos, passando à leitura do mesmo: *“tratando-se de obras que pela sua natureza ou localização, possam considerar-se de pequena importância sobre os pontos de vista da salubridade, segurança ou estética, designadamente pequenas construções para serviços rurais, obras ligeiras de conservação ou outras de pequena monta em construções existentes que não afetem a sua estrutura nem o seu aspeto geral, poderão as câmaras municipais dispensar a licença”*.

Finda a leitura, afirmou considerar que a intervenção efetuada não se enquadra nos casos de dispensa de licença, uma vez que a *“obra que existia foi demolida, o aspeto geral é alterado”*, apesar de lhes ter sido dito na presente reunião que a funcionalidade e o conceito do espaço não foram alterados.

Interrompendo, a Dra. Bernardina referiu que, da breve explicação que lhe foi feita, a obra existente não foi demolida, tendo apenas havido a inclusão do



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

monumento, ao que o Sr. Vereador António Antunes contrapôs que o *“betão que existia foi todo demolido e o aço foi cortado”*.

Continuando no uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes insistiu que pode ter havido requalificação, porém também houve demolição, o que foi corroborado pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes, reforçando que houve uma evidente alteração do aspeto daquele espaço.

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Vereador João Graça, explicando que houve uma requalificação, nomeadamente do painel de azulejos da parede, onde a maior parte dos azulejos já não existia.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes começou por dizer que agradecia que lhe facultassem a memória descritiva e, em seguida, perguntou se existe algum protocolo entre o Município e a Associação de Bombeiros onde tenham ficado espelhadas as condições para implementação do monumento naquele local, questionando, também, se existe algum relatório técnico que demonstre o estado de degradação que é invocado no próprio parecer jurídico, estado de degradação esse, que segundo o jurista que emitiu o parecer, é invocado pela própria Sra. Presidente.

Novamente com a palavra, o Sr. Vereador João Graça explicou que nem a funcionalidade daquele espaço se verificava, tendo a Sra. Presidente questionado se alguém sabe há quantos anos aquele espaço não funcionava.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que possivelmente seria necessário colocar o espaço a funcionar, no máximo seria necessário *“uma bomba”* e, mais uma vez, perguntou se existia algum relatório técnico que ateste o estado de degradação da infraestrutura.

De imediato, a Sra. Presidente respondeu afirmativamente, esclarecendo que os técnicos do Município lhe haviam dado essa informação, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes transmitido que os Vereadores do PS queriam ter acesso ao relatório no decurso da presente reunião, pois consideram que não pode ser a Sra. Presidente a inferir que o edifício preexistente está num estado de degradação tal que justifique uma requalificação.

Nesta linha, o Sr. Vereador João Graça perguntou se o Sr. Vereador Gonçalo Lopes tem algum parecer técnico que justifique o que inferiu sobre a necessidade de uma bomba para recuperar a funcionalidade da infraestrutura.

Em resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que não tinha que ter e que a sua questão foi simples quanto ao facto de querer saber se a Sra. Presidente está habilitada a dizer que aquele espaço está numa degradação tal que exige uma requalificação.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador João Graça esclareceu que a urgência de requalificação do espaço tem a ver com a data prevista para a inauguração do monumento ao Bombeiro, pelo seu efeito útil uma vez que, no dia



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

17/06/2018, se comemora um ano sobre a tragédia e ao reconhecido e notório estado de degradação daquele espaço.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o facto de como foi considerado necessária a requalificação do espaço, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou que o parecer do jurista é baseado em duas premissas, nomeadamente, a necessidade de requalificação do espaço e a urgência da obra. Explicou que os Vereadores do PS não conseguem entender aquela intervenção como uma requalificação porque não têm qualquer documento que tecnicamente leve a essa conclusão e não entendem a questão da urgência.

Em jeito de comentário, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou o facto de lhes parecer, a montante desta questão, que faria todo o sentido que partisse da própria Câmara a iniciativa de efetuar esta ou outras homenagens aos Soldados da Paz, bem como às vítimas do incêndios, a comunidade deve-lhes isso e todos estamos de acordo nessa matéria.

Continuando, referiu que atendendo ao facto de que foi a Associação de Bombeiros a solicitar é necessário perceber se a urgência aqui invocada não deriva de alguma falta de planeamento da própria Associação, apesar de considerarem respeitável a decisão da direção. No seu entender, a questão da urgência pode traduzir uma falta de planeamento e não reveste esta infraestrutura de carácter excecional porque a sua interpretação da lei nem é tanto a urgência, mas o carácter excecional da obra. Salaria que há, ainda, outras questões que consideram importantes, nomeadamente quem é o autor da atual obra e se o autor da obra anterior foi contactado.

Interveio o Sr. Vereador João Graça para questionar se os Srs. Vereadores do PS sabiam quem era o autor da obra anterior, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referido que com certeza há uma memória descritiva, ao que, de imediato, o Sr. Vereador João Graça informou que havia um projeto que não estava assinado.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que gostava de ter acesso a esse processo e questionou se foram tomadas todas as diligências necessárias com quem de direito antes de iniciar a intervenção.

De imediato, a Sra. Presidente respondeu que obviamente que foram tomadas todas as diligências que se afiguraram necessárias.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o anterior projeto e o responsável pela obra, interveio o Sr. Vereador António Antunes referindo que, na sua opinião, era uma questão de leitura e portanto a dispensa de apresentação de licença para esta infraestrutura não se enquadra na legislação para o efeito.

No uso da palavra, a Sra. Presidente transmitiu que considera que teve o cuidado de verificar e fundamentar toda esta questão e que o despacho espelha de forma evidente o que teve por base a decisão de autorizar que fosse edificado naquele local o que foi solicitado pela Associação de Bombeiros.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes comentou que o despacho está, de facto, cuidadosamente redigido nesse sentido e não tem quaisquer dúvidas, porém o despacho sustenta-se num parecer jurídico, numa opinião que, por sua vez *“vai muito pelas informações que são colhidas junto da Sra. Presidente”*, tendo de imediato a Sra. Presidente interrompido, argumentando que o parecer jurídico é redigido com base na análise do processo.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse que a Sra. Presidente ainda não respondeu à questão de quem definiu a localização exata da obra.

Em resposta, a Sra. Presidente respondeu que a localização da obra foi definida em harmonia com o que foi pedido pela Associação de Bombeiros.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que não lhes foi cedido qualquer documento onde seja mencionado que a Associação de Bombeiros venha estatuir que prescinde de todos os direitos de propriedade sobre uma obra que vai financiar, tendo a Sra. Presidente procedido à leitura do documento a que já havia feito referência anteriormente, onde tal é mencionado.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes procedeu à leitura de alguns excertos do parecer jurídico de onde conclui que se verifica que o mesmo teve por base as informações dadas pela Sra. Presidente.

A Sra. Presidente afirmou que deu essas informações com base no conhecimento que tinha do local, pois era manifesto e evidente o não funcionamento daquela infraestrutura e a degradação geral, nomeadamente, com a queda dos azulejos, e com base na informação que os técnicos do Município lhe transmitiram.

Retorquindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que o conhecimento do local não chega, pois há coisas que *“vão extrapolar a divergência de opinião que é efetivamente se se tem ou não competências para assumir determinadas posições”*.

Termina, afirmando que *“deveriam ter sido encontradas outras formas de discutir este assunto, de o votar, eventualmente de o enriquecer com propostas, com contributos”* e, como tal, consideram que *“esta não é a melhor forma de se fazer política”* tendo a Sra. Presidente comentado que esse era um entendimento dos Senhores Vereadores do PS.

Interveio ainda o Sr. Vereador António Antunes para perguntar quando se iniciou a obra, tendo a Sra. Presidente informado que foi no dia 6 de junho, tendo o Sr. Vereador António Antunes comentado que lhe parece que no dia 5 de junho o espaço já estava demolido.

Para finalizar, o Sr. Vereador João Graça questionou os Senhores Vereadores do PS se poderia inferir pelas suas afirmações que não teriam permitido que a Associação de Bombeiros efetuasse aquela infraestrutura, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmado que essa não era a questão e que deixou isso bem claro no início desta discussão, afirmando que sem verem cumpridos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

alguns preceitos, do seu ponto de vista, legais, não avançariam para aquela operação.

Depois de mais alguma troca de impressões e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria com os votos contra dos Senhores Vereadores do partido Socialista. A Sra. Presidente da Câmara fez uso da faculdade prevista no n.º 1 do art. 33.º do CPA, atendendo ao empate verificado na votação.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

De seguida, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes apresentou uma declaração de voto, solicitando que fosse integralmente transcrita para a ata e procedeu à sua leitura:

“Declaração de Voto

A Lei 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, estabelece no seu artigo 23.º, n.º 2, atribuições do município, entre outras, nos domínios de:

a) equipamento rural e urbano;

n) ordenamento do território e urbanismo;

Define, no seu artigo 33.º, as competências materiais do órgão Câmara Municipal, entre outras:

j) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;

t) Assegurar, incluindo a constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

z) Emitir parecer sobre projetos de obras não sujeitas a controlo prévio;

aa) Promover a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis às obras referidas na alínea anterior;

qq) Administrar o domínio público municipal.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista votam contra a ratificação do despacho exarado pela Senhora Presidente e datado de 6 de junho de 2018, que nos é proposto ratificar, pelas seguintes razões:

- 1. Trata-se de matéria cujas atribuições supra invocadas cabem ao Município e a competência para decidir, quanto a este assunto, é reservada à Câmara Municipal; Neste sentido, o articulado nas alíneas t) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, determina, objetivamente, que a situação em apreço deveria ter sido apresentada e discutida em sede de reunião camarária; ademais as atribuições supra não foram delegadas ao Presidente da Câmara Municipal.*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

2. *A invocação da alínea t) do referido artigo, carece, em nosso entendimento, de outorga de Protocolo/Parceria entre as partes que, por sua vez, carece também de aprovação pelo competente órgão executivo;*
3. *A ausência do preceituado no ponto anterior estabeleceria a necessidade de apresentação e discussão prévia do Projeto, designadamente, para o necessário licenciamento.*

O incumprimento desta prerrogativa substantiva, naturalmente, uma inequívoca ilegalidade;

4. *Quanto ao carácter de urgência utilizado como argumento para legitimar o despacho da Senhora Presidente da Câmara, autorizando a cedência do espaço “Recanto do Pensador” à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, somos de parecer que o normativo legal invocado, leia-se, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no n.º 3 do artigo 35º, não colhe por não constituir razão de facto, porquanto a situação em apreço não se reveste de carácter excecional.*

Uma obra desta natureza requer, obviamente, planeamento atempado, enquadramento, projeto, autorização e aprovação do mesmo pela Câmara Municipal, dado tratar-se de uma intervenção urbanística num espaço nobre da vila, público, devida e recentemente requalificado, integrado e contextualizado num conceito global do próprio espaço;

A “urgência” com que se tenta enquadrar o preceituado no artigo supra deriva, na verdade, da manifesta e flagrante ausência de estratégia e rigor no planeamento e na definição de como se deveria proceder à justa e merecida homenagem aos Soldados da Paz; Sobre esta matéria importa enfatizar a nossa surpresa, porquanto, entendemos que deveria partir do próprio Município a iniciativa de, em tempo útil, projetar e executar, a expensas próprias, em local adequado, a devida homenagem.

O calendário do tempo flui de forma regular e previsível!...

5. *O “estado de degradação” que é referido no Parecer Jurídico objeto de análise e que, segundo o qual, resulta de “informação prestada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de que a estrutura onde se pretende empreender a requalificação se encontra atualmente em mau estado de conservação, e a carecer de obras de melhoramento” não vem acompanhado de relatório técnico que o ateste formalmente. Logo, salvo melhor entendimento, a análise que preside à decisão está, inequivocamente, ferida de legitimidade. Torna-se, assim, tão fácil quão lamentável, perceber que a incapacidade de distinguir requalificação de demolição deliberada resulta num exercício irresponsável de desrespeito e desconsideração arrepiantes, desde logo, pelos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, pelo legado de executivos anteriores e pelos princípios que devem nortear a sensata e criteriosa gestão dos dinheiros públicos.*
6. *Do mesmo modo, não conhecemos nenhum documento exarado pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera que ateste a pretensão de permitir que a obra ora paga por aquela Associação venha a integrar o património municipal, sem qualquer contrapartida, conforme enunciado no despacho em análise.*
7. *Por último importa deixar uma palavra de solidariedade e reconhecimento pelo homem que sendo, na altura presidente da Câmara, usou, legitimado pelo povo, o dinheiro do erário público para construir a obra que ali se encontrava e que, também ele, enquanto autarca e representante máximo da vida democrática do concelho de Castanheira de Pera, merecia por parte deste executivo, um tratamento nobre, condizente com as funções que desempenhou.*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Em jeito de conclusão e abstendo-nos de tecer quaisquer considerações sobre o conceito inerente à obra em si ou sobre os critérios que presidiram à escolha e definição do local, sempre diremos que a valorização do espaço urbano constitui uma oportunidade que deve ser participada por todos, uma vez que o futuro coletivo a todos deve convocar, privilegiando a democraticidade no exercício do poder político, não devendo, ao invés, ser imposto de forma autista, como, aliás, vem sendo prática corrente e reiterada.

Castanheira de Pera não precisa de mais destruição...

Castanheira de Pera precisa de um novo rumo que devolva esperança e confiança a todos os Castanheirenses numa Castanheira Melhor!

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista,”

8. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar:

- Transporte, no âmbito do 9.º Torneio Costifoot – Benjamins “A” organizado pela Academia de Futebol Paulo Costinha, a realizar no Campo da Camarneiras, Outeiro da Fonte, Carvide, no dia 2 de junho corrente,
- Transporte para a equipa de veteranos masculinos participar no 1.º Torneio Triangular “ASSA”, no estádio Afonso Lacerda, em Figueiró dos Vinhos, no dia 9 de junho;
- Transporte para o dia 15 de setembro de 2018 e para o dia 06 de outubro de 2018, respetivamente, no âmbito do Open Nacional da Cidade de Setúbal e do Open Nacional da Cidade de São João da Madeira, ambos da Secção de Damas;
- Isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte para os dias 2 e 9 de junho de 2018, com isenção do pagamento da respetiva taxa.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos de transporte formulados para as restantes datas, bem como ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – CAMINHADA/ CORRIDA DA MEMÓRIA – 17 DE JUNHO 2018 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO, DE CEDÊNCIA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DOS DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a informar que, juntamente com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera e com o apoio da Associação Distrital de Atletismo de Leiria, irá promover, no próximo dia 17 de junho, uma caminhada/corrida em memória das vítimas do trágico incêndio de 17 de junho de 2017, e a solicitar para o efeito a respetiva autorização, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes ao processo.

Presentes os pareceres da Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Pombal e da Infraestruturas de Portugal, informando que não veem inconveniente na realização da referida prova, mediante o cumprimento de todos os requisitos ali expostos.

Presente ainda outro e-mail da mesma entidade, solicitando transporte para os participantes, desde o Quartel dos Bombeiros até ao ponto de partida, junto ao ramal de Vilas de Pedro, na EN 236-1, bem como a isenção das respetivas taxas.

Considerando o elevado mérito da iniciativa, bem como o facto de o pedido se encontrar devidamente instruído, não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação, propõe-se que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere autorizar a realização da caminhada/corrida em apreço, mediante o cumprimento do determinado no artigo 10.º do mesmo diploma e também no parecer da GNR supra indicado, isentando o requerente do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere ceder o transporte solicitado, igualmente, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. DELUXE CAFFE – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento de Deluxe Caffe, representado por Nelson Daniel de Jesus Santos, solicitando a concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de música ao vivo no Deluxe Caffe, no passado dia 30 de maio, no horário compreendido entre as 21h.00 do dia 30 de maio de 2018 e as 04h.00 do dia seguinte.

Considerando que a realização do espetáculo ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

11. CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente pedido formulado pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera para cedência de transporte, com destino à Figueira da Foz e posterior regresso de Coimbra, no dia 22 de junho de 2018, com 5 crianças da creche e 2 adultos, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder o transporte solicitado, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – DEPARTAMENTO DO 1.º CICLO – PEDIDO DE OFERTA DO ALMOÇO DE FINAL DE ANO

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera - Departamento do 1.º Ciclo, informando que pretende realizar um almoço de encerramento do ano letivo, na última semana de aulas, com todos os intervenientes do 1.º ciclo e solicitando ao Município a oferta da aludida refeição.

Propõe-se que, conforme tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere aceder ao solicitado, fomentando, assim, o são convívio e o espírito de união entre os participantes, com todas as vantagens daí advenientes para a comunidade escolar.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere estender a oferta do almoço de encerramento do ano letivo a todos os intervenientes do ensino pré-escolar do Concelho, incluindo professores e auxiliares.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. ACORDO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL E EDUCATIVA ENTRE A FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO E O MUNICÍPIO NO ÂMBITO DO PROJETO GRUPOS APRENDER, BRINCAR, CRESCER NOS TERRITÓRIOS AFETADOS PELOS INCÊNDIOS

Presente proposta de Acordo de Colaboração Institucional e Educativa a celebrar entre a Fundação Bissaya Barreto e o Município no âmbito do projeto Grupos Aprender, Brincar, Crescer nos territórios afetados pelos incêndios.

Considerando o manifesto interesse da implementação do aludido projeto, nomeadamente, a nível socioeducativo e cultural, abrangendo uma faixa etária muito sensível, o que releva a mais-valia da iniciativa, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do aludido Acordo, nos precisos termos da minuta que se anexa e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

14. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO SUBTERRÂNEA DA VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Cercicaper - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, requerendo no âmbito do projeto agrícola “Cultivar a Inclusão” autorização para executar duas valas numa via pública da localidade do Vilar, para passagem de tubagem de rega para os terrenos da instituição afetos ao indicado projeto, bem como o consequente encerramento da via para realização dos trabalhos.

Considerando a não existência de inconveniente no deferimento do pedido, conforme informação/ análise técnica proferida em 01 de junho corrente pelo Fiscal Municipal;

Considerando a data de entrada do pedido e a necessidade de tomada de decisão sem mais delongas;

Considerando que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação;

Foi emitida a licença conforme solicitado, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento do pedido.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere isentar a requerente do pagamento de todas as taxas inerentes ao pedido, incluindo as respeitantes ao pagamento da ocupação de via pública, atendendo à natureza da requerente e à mais-valia do projeto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. RANCHO FOLCLÓRICO UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDOS DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA RESPECTIVA TAXA

Presentes cartas do Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense, a solicitar transporte para os seguintes dias, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas:

- 1 de julho – Cardigos;
- 21 de julho – Valença do Minho;
- 28 de julho – Vila Lobão – Santa Maria da Feira;
- 12 de agosto – Meda – Guarda
- 23 de setembro – Santuário de Fátima

Considerando o relevante papel que o Rancho desempenha na promoção e divulgação do Concelho, nomeadamente, no que concerne às tradições e etnografia locais, propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos supra referidos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. ALBANO CONCEIÇÃO BERNARDO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO SUBTERRÂNEA DA VIA PÚBLICA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Albano Conceição Bernardo vem requerer autorização para ocupar a via pública com um tubo subterrâneo, numa extensão de cerca de 5,00 metros, na localidade do Vilar.

Considerando a informação/ análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal no sentido de não existir inconveniente no deferimento do pedido, desde que sejam tidos em consideração por parte do requerente os requisitos elencados na mesma;

Considerando que, efetivamente, a passagem do aludido tubo subterrâneo não constitui qualquer constrangimento para o local indicado;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a referida ocupação da via pública, nos termos e condições constantes do requerimento e da informação do Fiscal Municipal supra mencionada, cujas cópias se anexam, fazendo da presente deliberação parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SÃO DOMINGOS – PEDIDOS DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Comissão de Festas em Honra de São Domingos, representada por Palmira Maria da Silva Tomás, a solicitar a emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra de São Domingos - no recinto do Fórum Activo, nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2018, e emissão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00.

Requer, ainda, a isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supra mencionadas.

Considerando o carácter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a realização das festas no recinto do Fórum Activo e aprovar a emissão das licenças em apreço, nos termos solicitados, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 12 de junho de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.787.959,05 € (dois milhões setecentos e oitenta e sete mil novecentos e cinquenta e nove euros e cinco centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.744.183,26 € (dois milhões setecentos e quarenta e quatro mil cento e oitenta e três euros e vinte e seis centimos) e as operações não orçamentais no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

valor de 43.775,79 € (quarenta e três mil setecentos e setenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.798.102,35 € (dois milhões setecentos e noventa e oito mil cento e dois euros e trinta e cinco cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

19. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 24/05/2018 e 12/06/2018, registados sob os números 516 a 588, 591, 592 e 600, no valor total de 202.264,35€ (duzentos e dois mil duzentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

20. ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, delibere aprovar a 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 13.450,00 € (treze mil quatrocentos e cinquenta euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação, e de 11.000,00€ (onze mil euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

21. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 7.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 44.500,00 € (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

22. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto nos artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2017, que se dão aqui por reproduzidos, fazendo parte integrante da presente deliberação.

Propõe-se, ainda, a sua submissão à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

23. CONSUMIDOR CÓD. N.º 13151 – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR FATURADO EM EXCESSO

Presente requerimento apresentado por Victor Manuel Simões Serrano, solicitando a restituição do valor respeitante a 86 m³ de água cobrados e não consumidos, por erro de leitura, relativo à fatura n.º 10050/2018.

Presente informação da Secção de Processamentos e Gestão Contabilística das Águas, atestando a situação descrita pelo requerente.

Na medida em que se encontram comprovados os factos alegados no pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere que se proceda à anulação do valor já faturado e cobrado referente a 86 m³ de água, incluindo tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos, no valor total de 118,35 € (cento e dezoito euros e trinta e cinco cêntimos) e subsequente restituição do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

24. OBRAS PARTICULARES

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

25. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Presente a D. Elisabete Santos que começou por perguntar por que razão não estão colocadas no sítio (entrada do concelho) as letras indicativas que chegamos ao concelho de Castanheira de Pera, tendo a Sra. Presidente informado que essa questão já foi falada tendo repetido que se aguarda a disponibilidade de uma barquinha para pintar o pórtico onde serão recolocadas as letras.

Continuando, a D. Elisabete referiu que fecharam os fontanários do concelho, o que para si é uma brincadeira, mas permitem que haja *“duas bocas-de-incêndio a deitar água, a céu aberto, desde o incêndio”* de junho do ano passado.

Questionada pela Sra. Presidente se já tinha comunicado esse facto aos serviços camarários a D. Elisabete informou que não, mas que tinha fotografias do dia anterior, mostrando-as em seguida.

Questionada sobre os locais onde esses factos estavam a ocorrer, a D. Elisabete transmitiu que apenas informava que se situavam no sul do concelho e que deveria ser o executivo a ir ver onde eram porque é trabalho do Município que deveria ter sido feito depois do incêndio.

No uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que o Município era de todos e que lamentava que as pessoas que tinham conhecimento desta questão desde o incêndio não tivessem informado os serviços camarários.

Volvendo, a D. Elisabete referiu que ela apenas teve conhecimento há dois dias desta situação, questionando se desde o incêndio ninguém do Município deu a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

volta ao concelho para ver se estava tudo bem, se as bocas-de-incêndio estavam em bom estado e, ainda, para ver as ervas que cobrem quase a totalidade dos rails.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente informou que não pode responder sobre o que o Município fez antes de 23 de outubro de 2017, pode sim responder que, logo que este executivo tomou posse, ordenou aos serviços que dessem uma volta ao concelho para ver situações irregulares, não lhe tendo sido reportada as situações apontadas. A acrescer há o facto de que, tanto ela como o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Nuno Tomás, têm feito várias deslocações a todo o território do Concelho.

Mais informou que, atualmente, os serviços camarários andam a verificar as bocas-de-incêndio, assim como já tinham verificado os tanques de abastecimento de água, quer para os meios aéreos, quer para os meios terrestres.

Ainda sobre as bocas-de-incêndio referiu que, infelizmente, ainda não encontraram as situações descritas, garantindo, no entanto, que é prioridade deste executivo encontrá-las e proceder à sua reparação, o que poderia ser feito com maior celeridade se a D. Elisabete indicasse onde se encontram.

Sobre a questão das ervas, a Sra. Presidente transmitiu que a D. Elisabete como não estava no início da reunião não pôde ouvir a explicação sobre as intervenções de limpeza, tendo de seguida efetuado um breve resumo do que foi dito.

De novo com a palavra, a D. Elisabete reportou uma situação relativa a uma deposição de lixo perto do ramal da Moita, que está a ocupar a berma da estrada e que se torna perigoso para quem lá circula, tendo de imediato a Sra. Presidente anotado a informação e agradecido a mesma.

Continuando, a D. Elisabete perguntou se a Sra. Presidente já tinha resposta relativamente à carta de que lhe falou sobre a apresentação de proposta para servir um jantar, no dia 18/06/2018, onde estará o Sr. Presidente da República e se alguém tinha respondido à solicitação, tendo a Sra. Presidente informado que muitos dos inquiridos informaram de imediato que não tinham capacidade para efetuar o serviço pretendido.

Nessa sequência, a D. Elisabete informou que não foi o seu caso e que apenas não respondeu à proposta de orçamento porque quando lhe entregaram a carta *“já tinha passado o prazo”*, acrescido do facto de não ter gostado da forma como lhe fizeram chegar a carta.

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que quando a recebeu no seu gabinete e falaram do assunto já lhe tinha pedido desculpa pela falha de comunicação, retificando que a carta foi entregue no dia 5 de junho, e que a trabalhadora do Município quando se dirigiu ao espaço comercial da D. Elisabete referiu à sua funcionária, que lhe transmitisse que passaria no dia seguinte, no final do dia, para falar sobre o assunto.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2018

Reunião Ordinária de 14 de junho de 2018

Depois de alguma troca de impressões sobre qual a forma como deveria ter sido apresentado o pedido de proposta à D. Elisabete, a Sra. Presidente disse lamentar que tenha sido feito da forma como foi e pediu, mais uma vez, desculpa pelo sucedido.

Para terminar, a D. Elisabete fez referência à intervenção que está a ser feita ao fundo da Avenida de S. Domingos, indicando que os comentários que tem ouvido das pessoas é que, na generalidade, não concordam com o facto da Sra. Presidente ter permitido que alterassem uma obra realizada por um anterior executivo.

26. ENCERRAMENTO

Não se registando mais intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____